

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08006.000985/2023-20

Objeto: Contratação de empresas especializadas em serviço de manutenção preventiva e corretiva, atualizações periódicas da solução de telefonia fixa IP do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sem dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de aparelhos telefônicos da marca ALCATEL.

Assunto: Recurso contra à decisão que declarou vencedora do certame a empresa **BASITEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

A **3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA.**, inscrita sob o CNPJ nº 04.238.297/0001-89, por intermédio de seus representantes legais, com sede na Alameda Oceania, nº 56, Polo Empresarial, Tamboré, Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06543-308, doravante designada “**3CORP**”, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.247/2023, e outras normas aplicáveis, vem tempestivamente e respeitosamente, **INTERPOR RECURSO CONTRA A DECISÃO QUE SAGROU VENCEDORA A EMPRESA BASITEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, doravante designada “**BASITEL**”, no âmbito do presente processo licitatório, com vistas a garantir a integridade dos princípios da administração pública (art. 37, CF/88) e a preservação do interesse público, pelas razões que passa a aduzir:

1) DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso administrativo é tempestivo, uma vez que a Recorrente manifestou seu interesse em recorrer dentro do prazo previsto em Edital, ou seja, em 30/09/2024 (segunda-feira), e considerando que, a contagem se inicia no primeiro dia útil subsequente e o prazo do recurso é de 3 (três) dias úteis, sendo que não iniciam e nem terminam em dia não útil, o prazo para apresentação do recurso se encerra no dia 03/10/2024 (quinta-feira). Portanto, verifica-se que o recurso é tempestivo, conforme previsto no subitem 8.2. do Edital.

2) DOS FATOS E DAS VIOLAÇÕES AO EDITAL PELA RECORRIDA

A Recorrente participou da licitação, pregão nº 90008/2024, tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, visando a contratação de empresas especializadas em serviço de manutenção preventiva e corretiva, atualizações periódicas da solução de telefonia fixa IP do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sem dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de aparelhos telefônicos da marca ALCATEL.

Após regular etapa de envio de lances, a licitante **BASITEL** foi classificada em 1º lugar com o menor lance de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois e quinhentos reais) mês, sendo que, após a análise da documentação de habilitação foi declarada habilitada.

Ocorre, entretanto, que, em que pese respeitável a decisão prolatada pelo ilustre Pregoeiro e sua equipe técnica, a empresa declarada vencedora do certame (Recorrida) não apresentou documentação apta a atender às exigências contidas no Edital, razão pela qual será necessária a sua desclassificação, pelos motivos que passamos a expor.

3) DO MÉRITO RECURSAL

3.1) Da falta de qualificação técnica da Recorrida

Iniciado o processo licitatório, todas as regras e procedimentos estabelecidos pela legislação vigente e pelo Edital devem ser observados na sua integralidade. Trata-se de condição essencial para que cada etapa do processo seja seguida exatamente conforme determina o edital.

O pregoeiro e demais autoridades administrativas relacionadas ao processo licitatório ficam estritamente vinculados ao instrumento convocatório, conforme estabelece o art. 5º, da Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).

Assim como as autoridades administrativas, também os licitantes devem se ater aos termos e condições estabelecidos na legislação e no próprio Edital, não lhes sendo facultado inovar em contrariedade as normas.

A Recorrida, entretanto, contrariando o entendimento acima, não apresentou elementos aptos a atender aos requisitos e condições estabelecidas no edital, exigindo sua imediata desclassificação do certame

3.1.1) Do não atendimento ao subitem 4.32.1. do Termo de Referência

Após análise da documentação enviada pela Recorrida **BASITEL**, não restou comprovado o atendimento ao item abaixo.

“Da exigência de Declaração do Fabricante

4.32. Em relação a todos os itens objeto desta contratação:

4.32.1. A LICITANTE deverá apresentar uma Declaração do fabricante Alcatel-Lucent Enterprise que ateste que a empresa possua credenciais para comercializar, realizar serviços de configurações e atualizações de software (release, patch) nos equipamentos Alcatel-Lucent OmniPCX Enterprise, fazendo referência ao número do pregão / licitação que trata esta contratação.”

Conforme acima destacado, o TR em seu subitem 4.32.1. foi explícito com relação a exigência da “LICITANTE” apresentar a declaração firmada pelo fabricante Alcatel-Lucent Enterprise, note-se que não se trata de faculdade ou ato discricionário da licitante, pelo contrário, constou como ato vinculativo, o que não pode ser ignorado.

Para esta temática foi realizada diligência, sendo a mesma respondida por meio da nota técnica nº 43 (29203613).

Ocorre que não podemos concordar com os apontamentos realizados pela **BASITEL** eis que **não se trata de documento “desnecessário” na fase atual do processo.**

Pelo contrário, a apresentação da declaração, demonstraria que a Recorrida **BASITEL** teria de fato condições de atender a contento o objeto do contrato, e ainda, com o suporte necessário e imprescindível do fabricante.

Ademais, a carta do fabricante **garante** ao órgão que o mesmo possuirá a garantia do fabricante e ainda que a solução será devidamente atualizada com as últimas versões e com base nas práticas técnicas recomendadas.

Ao passo que não conseguiu apresentar a declaração do fabricante dos equipamentos, além de descumprir exigência expressa e clara no Edital, deixa o Órgão desprotegido de eventual inexecução do contrato, o que é possível de se evitar.

Não há como acreditar que uma empresa legitimamente credenciada pela Alcatel não disponha de toda a documentação comprovatória, de forma antecipada a data do certame, relativa a sua condição de fornecedora de produtos e serviços de operação e manutenção de equipamentos Alcatel.

Frise-se que o documento extraído do site da Alcatel-Lucent, por si só, não tem nenhum significado ou garantia de veracidade, visto que a Alcatel—Lucent é uma empresa multinacional e atualizações em seu site podem sofrer atrasos. Sendo necessário que a Administração confirme, através de carta do fabricante, que o Licitante consta efetivamente em sua base de parceiros oficiais e devidamente certificados para a execução do objeto a ser contratado.

Com todo respeito ao parecer da área técnica, o único ponto que divergimos é com relação ao momento em qual a declaração deveria ser apresentada.

Note-se que o subitem 4.32.1. do TR deixa claro que a obrigação é da “LICITANTE” e não a “CONTRATADA”.

Se fosse da “CONTRATADA” em apresentar a declaração, faria sentido ser em momento posterior, ou seja, após a assinatura do contrato, mas não é o caso, pois o TR não deixa dúvida com relação a quem deve apresentar.

Apenas por reflexão, se a Recorrida **BASITEL** não conseguiu apresentar a declaração neste momento, qual a garantia que conseguirá obter após a assinatura do contrato?

Embora, haja sanção administrativa para o caso de descumprimento contratual, a desclassificação da Recorrida **BASITEL** neste momento por não atender a exigência expressa do TR, evitaria transtornos significativos à Administração Pública.

A Recorrida **BASITEL** ainda tenta substituir a declaração pela demonstração de um simples cadastro de revenda, logo, busca que seja considerado válido para atestar que possua credenciais para comercializar, realizar serviços de configurações e atualizações de software (release, patch) nos equipamentos Alcatel-Lucent OmniPCX Enterprise, o que já foi esclarecido que não pode ser substituído, conforme nota técnica.

Ainda, chamamos a atenção, pois a mesma tenta ludibriar a Douta Comissão ao informar que o fabricante “não” emite a referida “carta” devido a modernidade.

Destaca, por fim, que os cadastros atuais são por internet, ausente, na modernidade, a referida “carta de fabricante”.

Essa informação é falsa e totalmente em desacordo com as orientações do fabricante para as empresas idôneas que realmente possuem uma parceria sólida com esse renomado fabricante.

E de fato, a mesma, não é substituível, pois a declaração do fabricante serve justamente para assegurar que, supostamente, a Recorrida **BASITEL** teria a capacidade de fornecer os produtos e serviços do fabricante, já que o escopo do contrato envolve tecnologia e equipamentos especializados.

Ademais, em consulta ao fabricante, a Recorrente 3CORP obteve a informação que a Recorrida BASITEL se encontra na lista de empresas que serão descredenciadas e que não serão mais parceiros da Alcatel-Lucent OmniPCX Enterprise, conforme documento oficial 066-2024 Projeto MJ_3CORP.pdf e print abaixo



Declaração nº 066/2024

São Paulo, 03 de outubro de 2024

AO

MINISTERIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90008/2024

A **ALE BRASIL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA**, sociedade empresária Ltda, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Paulista 1079 – 7º andar, Bela Vista – SP CEP 01311-200, inscrita no CNPJ sob o número 22.697.036/0001-09, devidamente autorizada a operar no Brasil sob a **marca ALCATEL-LUCENT ENTERPRISE**, como fabricante de Hardware e Software, informa que a empresa **BASITEL TELECOM LTDA** não possui certificações técnicas válidas com o fabricante e não está apta a realizar procedimentos técnicos e operação de suporte e manutenção em soluções de telefonia da empresa **ALCATEL LUCENT ENTERPRISE**.

Sendo assim, informamos que para garantirmos o bom atendimento aos nossos clientes e mantermos o alto nível de qualidade do suporte prestado ao consumidor final, exigimos que nossos parceiros prestadores de serviços sejam acreditados e certificados conforme a necessidade que exige o objeto do certame.

Para o correto atendimento ao edital PREGAO ELETRONICO no 90008 / 2024 é necessário que a empresa parceira possua a certificação **ACSE OmniPCX Enterprise** que capacita o mesmo a comercializar, implementar e suportar a plataforma **OmniPCX Enterprise release 100**.

Desta forma, contrapondo ao que foi informado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, sim é possível emitirmos carta aos parceiros qualificados.

Porém, desafortunadamente a **BASITEL TELECOM LTDA**, não possui tais qualificações.

Atenciosamente,

LEONARDO GOMES
ARAÚJO:29665759809

Digitally signed by LEONARDO
GOMES ARAUJO:29665759809
Date: 2024.10.03 13:04:24 -03'00'

Leonardo Gomes Araujo

Administrador ALE Brasil Intermediação de Negócios Ltda.

Alcatel-Lucent Enterprise.

Obs: Este documento é válido até 31 de dezembro de 2024

Com este novo fato, a situação da Recorrida BASITEL se torna extremamente frágil, gerando sérios riscos à Administração Pública, caso a decisão seja mantida, já que a empresa não terá nenhum suporte do fabricante para cumprimento contratual e tampouco poderá adquirir e instalar atualizações exigidas em Edital.

Como já se vem afirmando nas linhas acima, a relação entre a ALCATEL-LUCENT e seus credenciado é no sentido de garantir a qualidade de seus serviços e produtos e, assim, proteger seus clientes de empresas que não estejam devidamente habilitadas para *realizar configurações e atualizações de software (release, patch) nos equipamentos Alcatel-Lucent OmniPCX Enterprise.*

Isso, nobres julgadores, demonstra o tamanho do desconhecimento da Recorrida acerca das condições relativas a ALCATEL-LUCENT e seus credenciados, o que evidencia o seu despreparo e falta de qualificação para prestar os serviços objeto do Edital.

A dúvida no caso é saber se a Recorrida está agindo de má-fé ou por ser caso de absoluta ignorância. Mas, independentemente da situação, o fato que em ambos (má-fé ou ignorância), a Recorrida zomba ou subestima a capacidade desta douta comissão tentando induzi-la ao erro.

Com base nos fatos apresentados , é imprescindível que a Administração desclassifique a RECORRIDA.

3.1.2) Do não atendimento aos subitens 9.29 ao 9.30.1 da Qualificação Técnica

As regras do Edital estabelecem exigências específicas relativas a apresentação de atestados de capacidade técnica. Essa é uma questão muito relevante no processo de contratação de empresas para prestação de serviços na área de tecnologia, onde se inclui a operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema telefônico.

No caso, a contratação do referente item, envolve operação, atualização e manutenção no sistema de telefonia VOIP, para o qual se exige relevante capacidade técnica

para garantir o pleno funcionamento de um serviço que deverá atender mais 2700 ramais fixos instalados unidades de atendimento do Ministério da Justiça

A disposição do Edital estabelece, dentre outras, algumas exigências que a Recorrida não conseguiu comprovar relacionadas a sua capacidade técnica, vejamos:

“9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

*9.30.1. A licitante, para o item 1, deverá apresentar documento expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já prestou, ou que esteja prestando, serviços de **manutenção preventiva e corretiva, com atualizações periódicas** que envolvem a solução de telefonia fixa IP, conforme especificado neste Termo de Referência com, no mínimo, **50%** dos serviços estimados para execução no MJSP, **conforme o tamanho do parque de telefonia descrito no item 2.4**, além de observar a prestação do serviço de acordo com a tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.”*

*“2.4 O MJSP dispõe atualmente de uma solução virtualizada de telefonia VoIP - (Voice over Internet Protocol) da **marca Alcatel**, a qual foi atualizada em 2019 e constitui um elemento essencial para o funcionamento dos serviços de comunicação telefônica deste Ministério.”*

*“2.4. O sistema supracitado tem a seguinte abrangência: atende ao Edifício Sede, Anexos I e II do MJSP; Força Nacional do Gama e Cruzeiro; Centro Integrado de Comando e Controle Nacional- CICC/N; e a Autoridade Nacional de Proteção a Dados -ANPD. Conta com aproximadamente **2.700 ramais fixos instalados**, atendendo cerca de **4.000 usuários do ministério**, dentre outros usuários, interconexões e serviços disponibilizados, configurando-se em necessidade essencial à comunicação com as autoridades do governo e à rede de telecomunicação pública”*

Os documentos apresentados pela Recorrida para atender ao disposto nas regras editalícias foram inaptos e insuficientes, já que nenhum atende as exigências estabelecidas no subitem 9.30.1, a notar:

- a) **Atestado do SENADO FEDERAL** – objeto absolutamente diverso – Operação e Manutenção de PABX Ericsson – MX-ONE
 - a. Fabricante não é Alcatel-Lucent
 - b. Não comprova a exigência de atualização periódica
- b) **Atestado do BANCO DO BRASIL**
 - a. Não comprova a exigência de atualização periódica
- c) **Atestado do CEAGESP** - objeto absolutamente diverso – Manutenção de PABX Ericsson – MX-ONE
 - a. Fabricante não é Alcatel-Lucent
 - b. Não comprova a exigência de atualização periódica
 - c. Não comprova o quantitativo mínimo de 50%
- d) **Atestado do INPI** – objeto absolutamente diverso – Manutenção de PHILLIPS SOPHO IS3090/IS3030
 - a. Fabricante não é Alcatel-Lucent
 - b. Não comprova a exigência de atualização periódica
 - c. Não comprova o quantitativo mínimo de 50%

- e) **Atestado da CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO** – objeto absolutamente diverso – Manutenção de PHILLIPS SOPHO IS3090/IS3050
- a. Fabricante não é Alcatel-Lucent
 - b. Não comprova a exigência de atualização periódica
 - c. Não comprova o quantitativo mínimo de 50%
- f) **Atestado do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** – objeto absolutamente diverso – Manutenção de PABX PHILLIPS ,Intelbrás, Siemens, Leucotron, Monytel, NEC
- a. Fabricante não é Alcatel-Lucent
 - b. Não comprova a exigência de atualização periódica

Assim, ante a sua inaptidão formal e de conteúdo para os propósitos do Edital, necessário que se reconheça a invalidade dos atestados apresentados pela Recorrida.

Considerando todos os aspectos apontados neste ponto, não há outra conclusão senão o reconhecimento da absoluta falta de comprovação de capacidade técnica.

Lembrando que o Órgão a ser afetado é o Ministério da Justiça e Segurança Pública, que terão seus serviços de telefonia fixa utilizados para comunicação entre os órgãos públicos, e destes com a sociedade, organizações e setores que interagem com setor público, diretamente afetados, maculando assim a imagem deste órgão e colocando em risco toda a operação de telefônica.

Verifica-se que a norma editalícia estabelece uma condição especial para a proteção do Contratante, visando garantir que o prestador de serviço tenha experiência efetivamente comprovada. Tal medida se mostra importante e muito oportuna, já que, em face da complexidade e relevância dos serviços para a Contratante, não podem haver erros.

Desta forma, considerando todos os pontos acima, imperioso que a decisão seja revista e que a Recorrida **BASITEL** seja desclassificada do certame, por não atender a todas as exigências do TR.

5) DO MÉRITO

O Edital já em seu caput, estabeleceu as regras aplicáveis ao Pregão Eletrônico nº 90008/2024, qual seja, Lei Federal nº 14.133/2021.

Reza o consagrado aforismo que "o Edital é a lei da licitação". Essa máxima consubstancia-se no princípio da vinculação ao edital, que determina, em síntese, que todos os atos praticados devem obediência ao Edital

Lembrando que iniciado o processo licitatório, todas as regras e procedimentos estabelecidos pela legislação vigente e pelo Edital devem ser observados na sua integralidade. Essa máxima, entretanto, deve ser aplicada equanimemente a todos os licitantes sempre preservando o interesse público.

E ainda, importante trazer à baila que a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 5º dispõe:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)." Grifos nossos

Deste modo, da simples leitura dos dispositivos legais acima transcritos resta cristalino que o i. Pregoeiro **só poderia ter declarado vencedora do certame a empresa que de fato cumpre as exigências do Edital e TR e na sua integralidade**, bem como possuem condições de executar todos os itens do contrato, o que não se aplica ao caso da empresa declarada vencedora.

Por qualquer ângulo que se observe, será possível concluir que a empresa declarada vencedora não apresentou as credenciais para comercializar, realizar serviços de configurações e atualizações de software (release, patch) nos equipamentos Alcatel-Lucent OmniPCX

Enterprise, documento personalizado pelo fabricante com as informações do número do pregão / licitação que trata esta contratação, o que por si só justifica sua desclassificação do certame, e ainda não comprovou sua qualificação técnica via a apresentação de atestados.

Ademais, nunca é tarde para lembrar, que ao se contratar uma empresa que não atende a totalidade das exigências coloca em risco o objetivo da presente licitação, que consiste em manter o serviço de telefonia deste órgão.

Assim é fundamental que a contratação seja assertiva, sob pena de tornar nulo todos os estudos e investimentos reservados para a atualização tecnológica dos ativos, ou seja, a má-contratação poderá trazer prejuízos de segurança, incapacidade de disponibilizar os mecanismos necessários para que se possa trabalhar adequadamente e ainda, macular a imagem e todo trabalho desenvolvido até o momento.

Importante destacar que as regras editalícias, inclusive os Anexos que fazem parte integrante do Edital, obrigatoriamente devem ser respeitados e cumpridos por todos os participantes do processo licitatório e, quando não respeitadas com a chancela da empresa licitadora, equivalem a letra morta, inútil e desnecessariamente criados, afetando a competitividade e comprometendo todo o certame.

De modo, que não deve prevalecer o resultado da licitação, em razão da Recorrida **BASITEL** não cumprir as exigências do edital e TR, o que não podemos concordar.

5) DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O procedimento licitatório tem como característica principal, a escolha de empresa para executar o contrato pretendido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. A escolha deve ser feita dentro de parâmetros previamente definidos no Edital, e ainda, na legislação vigente, os quais são imutáveis depois de apresentadas as propostas.

Indiscutivelmente, houve um equívoco ao declarar a empresa **BASITEL** vencedora da licitação, pelos motivos acima apresentados.

Não é factível que se contrate uma empresa que não atenda aos requisitos de capacidade técnica mínimos exigidos para a prestação de serviços

Assim, conforme discutido ao longo de toda manifestação recursal, verifica-se que estão confirmadas várias situações que ensejam que a Recorrida deva ser desclassificada do certame.

Dentro da perspectiva de cautela e prevenção, considerando os reiterados descumprimentos aos termos editalícios e uma frágil qualificação técnica da Recorrida, mostra-se sua desclassificação como medida adequada, necessária e proporcional.

6) DOS PEDIDOS

Em face dos argumentos expostos, requer a **3CORP**, ora Recorrente, que este Pregoeiro, receba o presente recurso e seja o mesmo provido para o fim de reformar a decisão que sagrou vencedora do certame a empresa **BASITEL**, **em razão de ter apresentado em momento oportuno a declaração do fabricante, conforme exigido no subitem 4.32.1. do TR, bem como não ter comprovado sua qualificação técnica, conforme exigido no subitem 9.30.1.**

Caso contrário solicitamos que tal decisão seja submetida à autoridade superior competente.

Termos em que, pede deferimento.

Santana de Parnaíba, 03 de outubro de 2024.

RODRIGO ROSÁRIO CAVALCANTE
DIRETOR COMERCIAL
RG 25.573.598-4 / CPF 283.646.158-66
3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE
TELECOM LTDA.

04.238.297/0001-89
3CORP TECHNOLOGY
INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA
Alameda Oceania, Nº 56,
Polo Empresarial
Tamboré - CEP: 06.543-308
Santana de Parnaíba - SP